

Panorama histórico-cultural do *social business* e dos negócios de impacto (NI)

Historical-cultural overview of social business and impact businesses (NI)

Panorama histórico cultural del social business y de los negocios de impacto (NI)

Schirlei Stock Ramos¹

Debora Bobsin²

Recebido em: 16/11/2022; revisado e aprovado em: 23/02/2024; aceito em: 28/02/2024

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v25i3.3863>

Resumo: As iniciativas de empreendedorismo social têm chamado a atenção em razão da presença de estruturas e arranjos institucionais de características híbridas, ora mais próximas do setor empresarial (negócio), ora mais próximas das organizações sem fins lucrativos (social). Este trabalho demonstra a incursão histórica que permitiu compreender a gênese do *social business* como prática atual nas relações negócio-sociedade. Busca-se fomentar o debate sobre o social e o negócio visando avançar nas discussões que ocorrem nas práticas organizacionais dos negócios de impacto (NI). Neste sentido, a pesquisa aqui apresentada insere-se no campo dos estudos culturais críticos, apresentando parte de uma pesquisa baseada nas abordagens da *Grounded Theory*, (Glaser; Strauss, 1967). Foi realizada uma pesquisa na *internet*, acompanhando diariamente, por 36 meses, notícias, artigos e novas enunciações sobre os termos “negócios sociais”, “*social business*” e “negócios de impacto”. Os resultados discutem de modo crítico os processos de racionalização e modernização gerados a partir da produção social das identidades organizacionais híbridas que atualmente são criadas para causar impacto social. O panorama histórico do setor de impacto traçado na pesquisa evidenciou a trajetória socioeconômica do *social business* e, servindo como recurso metodológico, permitiu vislumbrar o embricamento (social-negócio) como uma mudança histórica. Esse embricamento se incorpora como inovação no discurso e na prática de negócios evidenciando um paradigma cultural que vem sendo construído ao longo dos últimos 75 anos, diretamente influenciado pela Governança Global de Desenvolvimento (GGD). As novas práticas de negócios, baseadas no *social business*, são a expressão máxima desse novo paradigma e expressam uma mudança cultural que resulta em novas tipologias de negócios que buscam resolver por meio das trocas econômicas os problemas típicos do campo social.

Palavras-chave: negócios de impacto; governança global de impacto; ONU; organizações.

Abstract: Social entrepreneurship initiatives have drawn attention due to the presence of structures and institutional arrangements of hybrid characteristics, sometimes closer to the business sector (business), sometimes closer to non-profit organizations (social). This work demonstrates the historical incursion that allowed us to understand the genesis of social business as a current practice in business-society relations. It seeks to foster the debate about the social and business in order to advance in the discussions of these relationships that occur in the organizational practices of impact business (NI). In this sense, the research presented here is part of the field of critical cultural studies, presenting a part of research based on the Grounded Theory (Glaser; Strauss, 1967). An internet search was carried out, following daily for 36 months, news, articles and new utterances on the terms “negócio social”, “social business” and “negócios de impacto”. The results critically discuss the processes of rationalization and modernization generated from the social production of hybrid organizational identities. The historical panorama of the impact sector that was outlined in the research, evidenced the socioeconomic trajectory of “social business” and, serving as a methodological resource, allowed us to envision the imbrication (social-business) as a historical change. The imbrication between social and business is shown as innovation in business practice and evidences a cultural paradigm that has been built over the last 75 years. It should be highlighted that such changes are directly influenced by Global Development Governance (GGD). The new business practices, based on social business, are the ultimate expression of this paradigm and this cultural change results in new types of business.

Keywords: social business; global governance impact; ONU, organizations.

Resumen: Las iniciativas de emprendedurismo social han llamado la atención en virtud de la presencia de estructuras y arreglos institucionales de características híbridas, a veces más prójimas del sector empresarial (negocio), a veces más prójimas de las organizaciones sin fines de lucro (social). Este trabajo demuestra la incursión histórica que permitió comprender el génesis del *social business* como práctica actual en las

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

² Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

relaciones negocio-sociedad. Se busca fomentar el debate sobre lo social y el negocio para avanzar en las discusiones que ocurren en las prácticas organizacionales de los negocios de impacto (NI). En este sentido, la investigación que aquí se presenta se enmarca en el campo de los estudios culturales críticos, presentando parte de una investigación basada en los enfoques de la *Grounded Theory*, (Glaser; Strauss, 1967). Se realizó una búsqueda en internet, siguiendo diariamente, durante 36 meses, noticias, artículos y nuevos enunciados sobre los términos “negócio social”, “*social business*” and “negócios de impacto”. Los resultados discuten de modo crítico los procesos de racionalización y modernización generados a partir de la producción social de las identidades organizacionales híbridas que actualmente son creadas para causar impacto social. El panorama histórico del sector de impacto trazado en esta investigación permitió vislumbrar el entrelazamiento (social-negocio) como un cambio histórico. Este entrelazamiento se incorpora como innovación en el discurso y en la práctica de los negocios dejando evidente a un paradigma cultural que en construcción a lo largo de los últimos 75 años, influenciado por la Gobernanza Global del Desarrollo (GGD). Las nuevas prácticas de negocios basados en el *social business* son la expresión máxima de este nuevo paradigma y expresan un cambio cultural que resulta en nuevas tipologías de negocios que buscan resolver por medio de intercambios económicos los problemas típicos del campo social.

Palabras clave: negocios de impacto; gobernanza global de impacto; ONU; organizaciones.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade tem vivenciado o fenômeno do *social business* como um modelo que resolve problemas não atendidos pelos negócios tradicionais (Simanavicius *et al.*, 2021). No Brasil, o empreendedorismo de impacto social está avançando rapidamente (Baggenstoss; Donadone, 2013; Barbalho; Uchoa, 2019; Barki; Rodrigues; Comini, 2020). Comini (2016) destacou que, cerca de 20 anos atrás, poderíamos observar “dois mundos”: o dos negócios e o da sociedade civil, que estavam longe um do outro e que resistiam a trabalhar juntos. Para a autora, independentemente das razões que levaram à abordagem anterior de empresas do setor privado e organizações sem fins lucrativos, o fato é que, hoje, um diálogo não é apenas possível, mas visto como essencial para se alcançar uma relação “ganha-ganha” [grifo da autora].

Para Barki (2015), os negócios sociais têm surgido como resposta a alguns dos dilemas criados pelo capitalismo. Para o autor, mais do que um conceito fechado, são modelos que despontam como uma filosofia para repensar e influenciar a forma de se fazer negócio. O *social business* se sobressai no campo discursivo como uma nova “mentalidade de negócios” que se caracteriza, principalmente, como sendo a transição de um modelo mental industrial para um modelo humanista que se dá pela aprendizagem de competências específicas (Barki; Rodrigues; Comini, 2020). Esse novo paradigma preconiza que, no mercado atual, não é mais desejável que um negócio somente atenda à necessidade dos acionistas de gerar dividendos. Espera-se também que os negócios tenham como diferencial um propósito que vá para além das necessidades individuais de *stakeholders*.

Recentemente, os negócios sociais (NS) valeram-se de uma mudança etimológica em sua denominação, passando a ser chamados também de negócios de impacto (NI) (Barki; Rodrigues; Comini, 2020). Observa-se que este novo modelo se estrutura na ambivalência resultante da mescla de uma racionalidade construída a partir da arena “social” e uma racionalidade instrumental orientada ao “negócio”. Estariam estes dois campos em fusão? Ou diante de uma crise de paradigmas?

Este artigo se propõe a demonstrar ao leitor uma incursão histórica que permitiu compreender a gênese do *social business* como nova prática social nas atuais relações negócio-sociedade. A história é um recurso de pesquisa que se constitui por excelência em instrumento da desnaturalização do social e auxilia a entender como a sociedade e o mercado constroem seus relacionamentos, vínculos e organizações.

2 METODOLOGIA

Este estudo adotou como quadro de referência as abordagens da *Grounded Theory* ou *Teoria Fundamentada em Dados (TFD)* (Glaser; Strauss, 1967, *apud* Charmaz, 2009), uma metodologia de pesquisa qualitativa derivada da escola sociológica de Chicago. No entanto, é importante destacar que este artigo apresenta, especificamente, uma das categorias de análise que emergiram no resultado global da pesquisa “guarda-chuva”. Ou seja, aqui, apresentam-se as reflexões acerca de parte da pesquisa que se refere à fase conceitual, dando-se destaque à análise de documentos digitais.

Desta forma, cabe destacar que, no decorrer da pesquisa, utilizou-se a *internet* como fonte principal, visto que ela ofereceu vastas oportunidades para análises textuais de materiais digitais que estavam disponíveis para compartilhamentos públicos nos sítios eletrônicos das organizações do ecossistema de NI. A respeito do uso da *internet* como ferramenta complementar de pesquisa, destaca-se ainda o uso do recurso “*Google Alerts*”. Esse é um serviço do Google que retorna resultados de um termo à caixa de *e-mails* do usuário, sempre que for encontrada nova citação de um termo predeterminado.

Neste sentido, foi predeterminada a palavra composta “negócios sociais” e “*social business*” e “negócios de impacto”. Por este procedimento, foi possível acompanhar diariamente, durante 36 meses, notícias, artigos e novas enunciações a respeito do tema de pesquisa. A internet também permitiu analisar as estruturas organizacionais, as alianças e os vínculos sempre que estes elementos estavam descritos nos sítios eletrônicos das organizações observadas. Também foram analisados materiais como aulas, apresentações, capacitações e discussões em rede dos sujeitos acessados por contatos pessoais com estas redes e com os participantes dessas.

Os materiais relacionados na coleta do *corpus teórico* foram analisados sob três critérios inter-relacionados: *a) a perspectiva analítica das categorias emergentes, b) a abordagem de mapeamento temático e c) a triangulação dos incidentes históricos culturais críticos para a reconstrução histórica das temáticas emergentes.*

A análise dos dados, enquanto tratamento da informação contida nos documentos, colocou em destaque os seguintes critérios metodológicos:

De onde vem os dados? Quem participou da construção deles? Qual era a intenção dos autores? Os participantes fornecem informações suficientes para uma interpretação plausível? Temos conhecimento suficiente de suas esferas da vida relevantes para lermos as suas palavras com alguma compreensão? (Charmaz, 2009, p. 63).

De modo prático, a Figura 1 procura exemplificar o procedimento técnico adotado na análise do *corpus teórico*. Utiliza-se como exemplo uma reportagem jornalística que retornou a partir da ferramenta do *Google Alerts*. Observe:

Figura 1 – Exemplo do método de análise de textos existentes



Fonte: Reportagem do Jornal Valor Econômico (SP), julho de 2021.

Na TFD, na medida do possível, precisamos situar os conteúdos dentro de seus respectivos contextos. Deste modo, as análises das informações textuais buscaram elucidar o significado da ação e explicar o contexto social e histórico que os dados apontavam. O mapeamento temático permitiu a regressão a marcos históricos, eventos políticos, sociais e mercadológicos. Em síntese, uma reconstrução histórica que, no decorrer da pesquisa, foi sendo sistematicamente triangulada e comparada com as categorias temáticas emergentes da pesquisa.

A partir da noção de que teoria e método são considerados interdependentes (Vergara, 2010), o mapeamento temático aqui apresentado analisou produções significativas dos sujeitos políticos engajados na temática do impacto. Categorizaram-se discursos, relatos, imagens e representações geradas e construídas pelos fatos sociais e históricos analisados.

3 REVISÃO TEÓRICA

Esta seção elabora um entendimento geral de como as abordagens do *social business* e os NI estão inseridas no debate teórico. A revisão bibliográfica sinaliza os principais conceitos encontrados na literatura.

3.1 Conceituações de Negócios de Impacto (NI)

O empreendedorismo social é frequentemente citado como um campo novo e em rápida expansão (Baggenstoss; Donadone, 2013; Barbalho; Uchoa, 2019). Diversas matérias publicadas na mídia revelam esse fenômeno, destacando que os NS começam a se profissionalizar e estão revolucionando o campo empresarial (Barbalho; Uchoa, 2019).

No cenário internacional, as conceituações mais recentes descrevem os negócios sociais como negócios de impacto (NI), cuja finalidade é o movimento para resolver problemas sociais, incentivando a evolução das ideologias atuais (Hysa *et al.*, 2018). Esta concepção adota o NI como

uma alternativa ao capitalismo obsoleto e à ineficiência do mercado. Nesta perspectiva, os NI têm sido vistos como uma nova ideologia, que utiliza um conjunto diferente de ferramentas e ideias para desafiar os problemas da sociedade (Hysa *et al.*, 2018).

No entanto, Hysa *et al.*, (2018) destacam que existem duas visões diferentes sobre os NI: por um lado, temos o grupo que vê o NI como uma nova ideologia, capaz de mesclar os elementos econômico e social (Marquez; Refico; Berg, 2009; Yunus, 2017, *apud* Hysa *et al.*, 2018); por outro lado, existe outro grupo, que vê o NI como um truque para obter lucro usando problemas sociais (Tavignot, 2016 *apud* Hysa *et al.*, 2018).

Laylo (2018) define os NI como “atividade empreendedora que serve principalmente a um objetivo social”. Este autor verificou quatro condições que, em nível macro, facilitam a consolidação dos NI, a saber: governança, abordagem econômica socialmente inclusiva, serviços financeiros acessíveis e cultura empreendedora, como condições supostamente vitais e complementares para a formação dos NS na sociedade (Laylo, 2018).

Para Bencheva, Stoeva e Todorova (2018), os NI são criados para atingir objetivos sociais (superar a injustiça e as desigualdades sociais) de grupos vulneráveis de pessoas ou alcançar importantes objetivos públicos nos campos da ecologia e do desenvolvimento sustentável, bem como sujeitar sua atividade econômica a objetivos de lucro que favoreçam as partes interessadas.

Siaw *et al.* (2017) afirmam que o envolvimento da sociedade civil com NI é uma convergência natural. Para os autores, os NI visam aliviar problemas sociais e econômicos causados pela pobreza, saúde precária, alimentos não saudáveis, fumo, álcool, jogos de azar, comportamentos de risco, desemprego, alfabetização deficiente e outros determinantes sociais da saúde (Siaw *et al.* (2017). Assim, nesta perspectiva, o NI é uma entidade comercial sem dividendos e sem fins lucrativos, mas, como as empresas com fins lucrativos, devem ser sustentáveis.

Para Valerie *et al.* (2017), o valor criado por um NI precisa ser considerado em três níveis diferentes, a saber: indivíduos, organizações e sociedade. Para os autores, embora a maior parte da literatura sobre modelos de negócios considere o valor no nível da empresa, poucas contribuições levam em consideração o valor criado para indivíduos ou para a sociedade. Assim, por esta razão, estes autores consideram que “alcançar o design e a implementação de modelos de negócios sociais nos países em desenvolvimento ainda é problemático” (Valerie *et al.*, 2017, p. 48).

Daraban (2016) define o empreendedorismo social e os NI como o uso de uma abordagem empreendedora para resolver problemas sociais. Nesta perspectiva, os empresários identificam e exploram oportunidades para criar valor em um contexto de mercado. Os empreendedores sociais fazem o mesmo, mas seu foco central é mudar a sociedade para melhor (Daraban, 2016). Para Daraban (2016), existe uma grande variedade de NI que operam em todo o mundo usando de estruturas e estratégias organizacionais bastante diversificadas.

Estas estratégias vão desde organizações sem fins lucrativos até organizações puramente comerciais. No entanto, o que todos eles têm em comum é o compromisso de promover o bem social, combatendo a pobreza extrema, a falta de acesso à assistência médica, o analfabetismo, as ameaças ambientais e muitas outras questões que a sociedade enfrenta (Daraban, 2016).

Por outro lado, Steiner e Simon (2016) destacam que, no Reino Unido, o conceito de empresa social, que emergiu de uma tradição cooperativa radical, foi estendido ao longo do tempo para incorporar também o que Teasdale (2012) *apud* Steiner e Simon (2016) rotula de NI – organizações que têm um objetivo social explícito, mas que não têm restrições de

propriedade, ativos ou pagamento de dividendos aos acionistas (Steiner; Simon, 2016). Por isso, o autor destaca que as estruturas de apoio atuais no Reino Unido favorecem empreendedores sociais relativamente privilegiados, em vez de abranger e capacitar os grupos minoritários sociais desfavorecidos que mais necessitam.

Goyal, Bruno e Mahadeo (2015) descrevem os NI como sendo empresas voltadas para a base da pirâmide. Os autores buscaram identificar alguns desafios desse modelo de negócios. Assim, os desafios dos NI vistos como organizações que atendem pobres incluem: imperfeições de mercado; dilemas éticos; identidade perdida; recursos escassos; dificuldades de identificar necessidades reais do mercado; e dificuldades de se quantificar o impacto socioeconômico (Goyal; Sergi; Jaiswal, 2015).

Masseti (2012) definiu os NI como organizações que objetivam ou utilizam o *know-how* do mercado para solucionar os problemas sociais e ambientais (Masseti, 2012). Para Porter e Kramer (2011), os NI poderiam se tornar um complemento ao trabalho de outros agentes, como governo e terceiro setor. Poderiam, portanto, ser considerados “o capitalismo como ele deveria ser” (Martins, 2015, p. 49), não somente com a competição por incrementos triviais em atributos de produtos e parcela de mercado, mas sim o de atender a necessidades essenciais dos indivíduos.

Marquez, Refico e Berger (2009) trouxeram para a conceituação dos NI a noção de economia de escala. Explicam os autores que, para os negócios serem desenvolvidos como organizações da sociedade, o valor econômico deve ser definido como a capacidade de sustentabilidade, ou seja, capacidade de operar indefinidamente. Esta perspectiva associa os negócios a um processo produtivo que alcança a máxima utilização dos fatores produtivos envolvidos no processo, procurando como resultado baixos custos de produção e o incremento de bens e serviços (Marquez; Refico; Berger, 2009).

Trexler (2008) avaliou os NI de forma um pouco mais ampliada. Para ele, a empresa social é a que combina valores de dois domínios conceituais aparentemente distintos. “Dentro do componente ‘social’ está embutida uma matriz de valores associados ao comportamento com uma orientação além do mercado, estado ou self; da mesma forma, o termo ‘Enterprise’ vincula a valores associados a negócios, comércio, finalidade e estrutura corporativa” (Trexler, 2008, p. 5).

4 RESULTADOS

4.1 O panorama histórico cultural do setor de impacto

Investigar o hibridismo entre social e negócio para além do campo das organizações, pressupôs conectá-lo à pluralidade de interesses envolvidos nas arenas sociais. A reconstrução histórica apresentada na sequência correlacionou os NI e o *social business* com as estratégias da Governança Global do Desenvolvimento (GGD). Destaca-se que a expressão “governança global”, apesar de gestada desde a Paz de Versalhes³ (1919-1920), toma forma nos anos de 1980, conforme Veiga (2013). Observe:

[...] começou a legitimar-se entre cientistas sociais e tomadores de decisão a partir do final da década de 1980, basicamente para designar atividades geradoras de instituições (regras do jogo) que garantem que um mundo formado por Estados-Nação se governe sem que disponha de governo central (Veiga, 2013, p. 13).

³ O Tratado de Versalhes foi um tratado de paz assinado em 1919, pelas potências europeias, o qual encerrou oficialmente a Primeira Guerra Mundial, sendo que a Alemanha o classificou como *diktat* (imposição).

O Quadro 1 demonstra a cronologia de eventos nacionais e internacionais que, analisados de forma sistêmica, ajudam a compreender a formação do *social business* como um novo paradigma cultural que orienta as relações negócio-sociedade.

Quadro 1 – Cronologia de eventos que se destacam para formar o paradigma do *social business*

Tempo	Evento	Contexto sociocultural
1945	Criação das Nações Unidas (ONU)	Formada no período pós-guerras, por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e pelo desenvolvimento mundiais (ONU, 2019).
1949	O discurso de posse do então presidente dos Estados Unidos Harry Truman “cria” a noção de subdesenvolvimento.	O Banco Mundial tomou as rédeas do debate, sob a gestão de Robert McNamara, e trouxe a redução da pobreza como um de seus cerne, construindo uma definição “político-intelectual” de combate a essa mazela (Pereira, 2009).
1953	EUA estabelecem a lei de filantropia corporativa, determinando que uma corporação poderia buscar o desenvolvimento social (Ashley; Coutinho; Tomei, 2000, p. 2–5).	Nesse período, a empresa A. P. Smith Manufacturing Company enfrentou problemas com os seus acionistas, que contrariavam a doação de recursos financeiros à Universidade de Princeton (De Benedicto, 2007).
1965	Carta de princípios dos dirigentes cristãos de empresas, publicada pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE- Brasil) (Rocha; Arend, 2019).	A partir da metade dos anos 50, o conceito de responsabilidade social ganha espaço no setor privado, demonstrando a compreensão de que as empresas também seriam responsáveis pelo dano causado ao ambiente em que atuavam (Bertoncello; Chang Júnior, 2007).
1970	The New York Times Magazine publica em 13 de setembro o artigo “The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits”.	O economista Milton Friedman, ao fazer a crítica da RS, declara que a única responsabilidade social das empresas é aumentar seu lucro.
1972	Conferência de Estocolmo – realizada entre os dias 5 e 16 de junho de 1972, na capital da Suécia, Estocolmo.	Primeira reunião de chefes de Estado organizada pelas Nações Unidas (ONU) para tratar das questões relacionadas à degradação do meio ambiente, é reconhecida como um marco nas tentativas de melhorar as relações do homem com o meio ambiente e, também, por ter inaugurado a busca por equilíbrio entre desenvolvimento econômico e redução da degradação ambiental.
1976	O professor indiano Muhammad Yunus inicia empréstimos na aldeia de Jobra para pobres no Paquistão.	Em 1976, Yunus constatou as dificuldades de pessoas pobres em obter empréstimos na aldeia de Jobra, em Bangladesh, recém-separado do Paquistão, e inicia empréstimos na aldeia que mais tarde ficarão conhecidos como microcrédito.
1980	A ONU expande a concepção, o conceito restritivo de pobreza para além enquanto sobrevivência física, impondo níveis de consumo mínimos (Martins, 2015).	Na década seguinte, o entendimento de pobreza altera-se e surgem dois enfoques principais – a noção de pobreza como privação relativa, em que alimentação, conforto, acesso a necessidades básicas e cumprimento de papéis sociais passam a ser indispensáveis para uma vida digna; o segundo, definido pelo Consenso de Washington, em que o crescimento econômico e a riqueza gerada a partir desse teriam como consequência o beneficiamento da população pobre (Crespo; Gurovitz, 2002).

Tempo	Evento	Contexto sociocultural
1983	Fundação do Grameen Bank	Com sede em Daka, Bangladesh, o Grameen Bank é o primeiro banco do mundo especializado em microcrédito.
1987	O Relatório Brundtland de 1987 das Nações Unidas inicia um debate sobre desenvolvimento sustentável e propõe estratégias para tanto.	O desenvolvimento sustentável fica definido como a noção de que é preciso suprir necessidades presentes sem comprometer a capacidade das próximas gerações de suprir necessidades futuras, com um melhor uso dos recursos naturais, considerando a inter-relação entre pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento (ONU, 1987).
1990	John Elkington, cientista social inglês, cunhou o termo triple bottom line.	Ao longo dos anos 1990, a sustentabilidade é inserida no discurso das empresas privadas e passa a ser discutida pelo segundo setor, que objetiva a mensuração de resultados de uma empresa por meio de três dimensões: econômico, social e ambiental (Elkington, 1999).
1992	ECO 92 – Conferência Mundial realizada no Rio de Janeiro – Brasil	Nos anos 1990, a geração de impacto socioambiental começa a ser vista como papel também das empresas, desafiando o senso comum de que as empresas podem lucrar causando problemas sociais, tal como a poluição, e advogando que o que deve ocorrer é justamente o contrário – as empresas devem lucrar ao solucionar problemas sociais.
1994	Criação da Fundação Latino-Americana Avina com sede no Chile	Fundada pelo empresário Stephan Schmidheiny, hoje atua em 21 países. Criada para impulsar o desenvolvimento sustentável mediante alianças entre a empresa privada e as organizações filantrópicas. Seu enfoque está em gerar processos colaborativos que melhoram a qualidade de vínculos entre empreendedores, empresas, organizações da sociedade civil, setor acadêmico e instituições governamentais.
1988	Fundação do Banco Palmas em Fortaleza, Brasil.	Finanças sociais, microcrédito e desenvolvimento territorial são as diretrizes do Banco Palmas.
1999	O professor indiano Amartya Sen publica o livro: <i>Development as Freedom</i> , pela editora Oxford University Press. Cria-se a abordagem das capacidades.	O trabalho do filósofo Adam Smith foi uma motivação para Amartya Sen. A teoria da escolha social e a teoria da justiça de John Rawls foram inspirações para o seu trabalho sobre a justiça social baseada em liberdades e capacidades individuais (Sen, 2009).
	Peter Spiegel e Siomara Fernandes Costa publicam o livro <i>Grameen – The banking for poor</i> , traduzido no Brasil como <i>O Banqueiro dos Pobres</i> .	Biografia de Yunnus que apresentou uma saída do círculo vicioso da pobreza, a partir da aposta do Grameen Bank na dignidade, na força empreendedora e na criatividade de todo ser humano, inclusive dos que vivem na miséria.
2000	ONU estabelece os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).	São elencados oito objetivos de combate à pobreza a ser alcançados até o final de 2015 (ONU, 2019).
2005	O professor indiano Coimbatore Krishnarao Prahalad, ou C. K. Prahalad lança o livro <i>A Riqueza na Base da Pirâmide</i> , pela Editora Bookman.	Nesta obra, Prahalad mostrou o potencial dos mercados de baixa renda, situados em países pobres e de grande população. Mostra que é possível criar, a partir de ações do setor privado, meios para reduzir os problemas crônicos da pobreza e da desigualdade social, sem necessariamente esquecer os objetivos corporativos da obtenção de resultados e de sobrevivência empresarial. Cria-se a noção de geração de valor compartilhado – a ideia de adereçar problemas sociais com modelos de negócios (Porter; Kramer, 2011).

Tempo	Evento	Contexto sociocultural
2006	O professor indiano Muhammad Yunus recebe o prêmio Nobel da Paz pela fundação do Banco Grameen.	O termo negócios sociais ganha notoriedade.
2007	Surge o Social Enterprise World Forum (SEWF) em Edimburgo ⁴ , no Reino Unido.	Foi o primeiro e principal evento internacional com foco exclusivo em negócios sociais (SEWF,2018). Em 2008, foi realizada a primeira edição na cidade-sede Edimburgo. Os fóruns já foram realizados nas seguintes cidades: 2009 – Melbourne; 2010 – São Francisco; 2011– Johannesburg; 2012 – Rio de Janeiro; 2013 – Calgary; 2014 – Seoul; 2015 – Milan; 2016 – Hong Kong; 2017 – Christchurch; 2018 – Sewf retornou a Edimburgo nos dias 12 a 14 de setembro de 2018 (Sewf, 2018); 2019 – Etiópia.
	Criação, pelo G-8 da Força Tarefa de Finanças Sociais no Reino Unido.	Criada pelos líderes do G-8 com atores da sociedade civil no Reino Unido (site gsgii.org, site socialfinance.uk, 2020).
2008	Crise mundial	A crise econômica de 2007/2008 foi uma conjuntura econômica global durante a crise financeira internacional precipitada pela falência do tradicional banco de investimento estadunidense Lehman Brothers, fundado em 1850 (Wall Street Journal, 2010). Outras grandes instituições financeiras (em efeito dominó) quebraram, no processo conhecido como “crise dos subprimes” (Pritchard, 2010; Zuckerman, 2011).
2011	Fundação da Yunus Social Business – Global Initiatives.	O Yunus Social Business (YSB) é um fundo de investimento sem fins lucrativos que transforma doações filantrópicas em investimentos em negócios sociais sustentáveis (Yunus Social Business, 2018).
2012	Realização do SEWF na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, tendo como curador Lee Davis (Projeto Brasil 27, 2015)	O tema do SEWF2012 foi “Negócios Sociais: Investindo por Impacto”, com ênfase em atrair novo capital de investidores privados e públicos para negócios sociais.
	Realização da Rio + 20	Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – que foi realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro, Brasil.
	Criação do Fundo Latino-Americano de Inovações para a Economia de Impacto (Projeto Brasil 27, 2015).	Criado pela Fundação Avina, Omidyar Network e a Fundação Rockefeller e destinado a apoiar iniciativas fomentadoras da economia de impacto na América Latina (Projeto Brasil 27, 2015).
2013	Início do Projeto Brasileiro Brasil 27	O Projeto surgiu com o intuito de mapear os NISA em 27 estados brasileiros, para auxiliar e encorajar atuais e futuros empreendedores sociais (Projeto Brasil 27, 2015).
	No Brasil, SEBRAE publica a primeira cartilha: Diretrizes Estratégicas para Atuação do Sistema SEBRAE no mercado de negócios sociais.	Estas diretrizes estratégicas tinham o objetivo geral de estabelecer os eixos estratégicos para o atendimento SEBRAE aos negócios sociais, contribuindo para a sustentabilidade e o fortalecimento desses empreendimentos (SEBRAE, 2013, p. 4).

⁴ Disponível em: <http://sewfonline.com/about/>. Acesso em: 5 abr. 2021.

Tempo	Evento	Contexto sociocultural
2014	Foram alocados US\$ 1,3 bilhão em investimentos de impacto na América Latina em 2014 e 2015. O Brasil foi o segundo maior mercado da região.	Pesquisa feita pela Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP). (Revista Época Negócios, 2018). ⁵
2015	Publicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).	São elencados 17 objetivos de combate à pobreza a ser alcançados até o final de 2030 (ONU, 2019).
	Fundação do Grupo Diretor Global para Investimento de Impacto (GSG), grupo diretor global independente que catalisa a Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil (abril).	Estabelecido em agosto de 2015 como sucessor e incorporando o trabalho da Força-Tarefa de Investimento de Impacto Social estabelecida sob a presidência do G8 no Reino Unido (gsgii.org, 2020). O GSG foi registrado como instituição de caridade na Comissão de Caridade da Inglaterra e do País de Gales (n. 1175658), em novembro de 2017.
2017	No Brasil, o SEBRAE publica a cartilha: Negócios de impacto social e ambiental: Transformar realidades é um bom negócio.	Governo brasileiro institui a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e cria o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto por meio do Decreto n. 9.244, de 19.12.2017.
	Criação do ENINPACTO no Brasil	
	Início das reuniões e articulações do Comitê Brasileiro do ENINPACTO	
2019	Atualizações e aprimoramento do ENINPACTO no Brasil	Edição do Decreto n. 9.977, de 19 de agosto de 2019.
2020	Construção das Recomendações para o Ecossistema de Impacto (2020-2025).	Em construção.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

O período pós-guerra foi de escassez de recursos naturais, altas taxas de natalidade, crescimento populacional, concentração de pessoas nos grandes centros e de pobreza urbana (Pereira, 2009). O recorte histórico-cronológico dos eventos socioeconômicos enfocados destacou, especificamente, os esforços da GGD em mitigar pobreza e os problemas sociais no pós-Segunda Guerra.

Diante das desigualdades e das baixas perspectivas para o desenvolvimento em 1945, foi fundada a Organização das Nações Unidas (ONU). Pereira (2009) aponta que, em 1949, um discurso do então presidente dos Estados Unidos (EUA), Harry Truman, “criou” a noção de subdesenvolvimento. Neste período, o Banco Mundial tomou as rédeas desse debate e, sob a gestão de Robert McNamara, trouxe a redução da pobreza como um de seus pilares discursivos, construindo a primeira definição “político-intelectual” de combate a essa mazela (Pereira, 2009).

⁵ Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mercado/noticia/2018/07/empreendedorismo-de-impacto-social-cresce-no-brasil.html>

5 DISCUSSÃO

5.1 O *social business* e os negócios de impacto como reconfigurações do capitalismo industrial

Se, na sociedade do pós-Segunda Guerra, o institucionalismo e o socorro financeiro apontavam soluções para a economia, por outro lado, as comunidades em geral convergiram para multicrises no tecido social. Nos EUA, por exemplo, nas décadas de 1960 e 1970, o movimento dos direitos civis mostrou a capacidade estratégica das minorias organizadas para reivindicar direitos sociais e políticos que até então eram vigentes somente para as classes abastadas. Neste período, o ocidente vivia resistências políticas contra ditaduras, como foi o caso da América Latina a partir da década de 1960. A efervescência política era influenciada pelo movimento dos direitos civis, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas novas abordagens organizacionais e políticas.

Os conflitos que marcaram o ano de 1968, em todo o mundo, são importantes expressões do nível de crítica ao capitalismo das sociedades ocidentais no período. As formas de organização capitalista e, em especial, o funcionamento das empresas foram alvo dos contestadores. “Essa crítica não foi apenas verbal, e veio acompanhada por ações em proporções nada desprezíveis que provocaram inclusive a desorganização da produção” (Boltanski, 2009, p. 199).

Também, na Europa, as pesquisas sociais centravam-se na análise dos protestos do maio de 1968 na França, e de lá se estenderam a outros países (Nunes, 2014). Estes movimentos culturais levavam os teóricos da sociedade a abandonarem a análise dos movimentos sociais enquanto fenômenos de agregação de indivíduos movidos por sentimentos de irracionalidade e a proporem uma abordagem racional dos movimentos sociais (Cohen, 1985 *apud* Nunes, 2014). A premissa de que os atores envolvidos nas contestações sociais eram guiados pela ação racional, ou seja, que mediam a relação custos-benefícios do seu compromisso e mobilizavam estrategicamente os recursos necessários para atingirem os seus objetivos (McCarthy; Mayer, 1977), consolidava-se a partir da noção intelectual das crises e do subdesenvolvimento.

Nos sistemas sociais, as crises não são produzidas por meio de mudanças acidentais no conjunto, mas por imperativos sistêmicos que são incompatíveis e não podem ser integrados hierarquicamente (Habermas, 2005 p. 13). Assim, nos anos pós-Segunda Guerra, o capitalismo precisou transformar-se para responder às preocupações e à força reivindicatória das gerações seguintes. Era evidente que a configuração capitalista nos moldes que se dava ameaçava todo o sistema social que deixasse de satisfazer as classes que ele (capitalismo) supostamente deveria servir com prioridade (Boltansky; Chiapello, 2009).

Assim, os eventos elencados no Quadro 2, quando correlacionados ao contexto de mudanças sociais que na atualidade embricaram as relações entre o negócio e o social nas práticas organizacionais, convergem com o argumento de que os NI expressam a superfície de um fenômeno socioeconômico que, durante todo seu percurso, alinhou-se ao discurso de uma Governança Global de Desenvolvimento (GGD). O *social business* é, portanto, um fenômeno que vem se estruturando ao longo dos últimos 75 anos.

Os paradigmas organizacionais de cada época surgem em interação e interdependência entre os paradigmas científicos formais vigentes (Santos, 2010). Não obstante, os negócios e o dinheiro são estruturas que perpassaram por todos os problemas socioambientais que motivaram as mudanças institucionais adjacentes e que ocasionaram as novas parcerias e alianças para novas práticas organizacionais híbridas. Ao se alinhar as diretrizes de uma GGD, o atual paradigma do

social business atende a uma demanda de reconfiguração das relações socioeconômicas no campo das relações negócio-sociedade.

Os NI, como materialização do fenômeno, podem, portanto, ser compreendidos como um processo de racionalização social diante do desgaste das atividades do capitalismo industrial no campo socioeconômico. A exploração das origens do *social business* aponta que a criação da ONU marcou os processos civilizatórios, bem como as transmutações “político-intelectuais” que viabilizaram ascensão e assimilação das atuais identidades organizacionais híbridas como uma resposta estratégica para resolução de problemas sociais gerados pelas falhas do capitalismo.

Desde então, o embricamento entre a lógica do social e a do negócio incorpora-se gradualmente nos espaços organizacionais modernizados e legitimados pela lógica de uma governança global de desenvolvimento (GGD) que é incorporada nos discursos empresariais como uma inovação, cuja força econômica é eficiente e capaz de minimizar os efeitos destrutivos dos mercados capitalistas.

Atualmente, os ODS reforçam a ideia de que a eficiência de um negócio deve estar alinhada com a lógica de desenvolvimento dessa governança. Deste modo, estabelece-se uma relação causal de afinidade eletiva tanto dos campos prioritários (ODS) a se buscar o impacto quanto da consciência de que estes objetivos já delimitados pela GGD são o caminho mais seguro e legítimo para o desenvolvimento socioeconômico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatar desde as primeiras iniciativas do hibridismo nas relações negócio-sociedade, até as defluências mais recentes que transmutaram o campo dos negócios sociais em sua atual configuração como ecossistema de NI, permitiu compreender o embricamento entre o social e o negócio em sua evolução teórico-metodológica orientada por uma governança global para o desenvolvimento. Esse procedimento permitiu fazer classificações categóricas tanto a respeito dos discursos organizacionais e dos modelos de NI presentes no cenário socioeconômico atual, quanto das mudanças que essa abordagem vem trazendo para o campo das relações negócios-sociedade.

O recuo na trajetória cultural do *social business* evidenciou o embricamento (social-negócio) como uma mudança paradigmática que vem sendo construída ao longo dos últimos 75 anos. Essa mudança é diretamente influenciada pela Governança Global de Desenvolvimento (GGD). O embricamento visto como um fenômeno organizacional teve como marco político a criação da ONU no ano de 1949. É a partir daí que se dá o desenvolvimento da primeira noção político-intelectual de combate à pobreza e se inicia a incorporação nos discursos organizacionais da lógica econômica também no campo social.

O *social business* como um paradigma cultural em formação perpassou pelos protestos sociais pelos direitos civis, pelas abordagens pioneiras de inovação social e por todas as dinâmicas institucionais subjacentes a estes fenômenos seminais. O que permite concluir que os atuais NI, como expressão máxima da integração entre o social e o negócio, são hoje organizações que, no plano discursivo, atendem a uma demanda de reconfiguração das relações socioeconômicas diante do esgotamento das relações capitalistas obsoletas.

Em conclusão, este trabalho encerra o entendimento de que o *social business* não se resume às práticas híbridas, a uma inovação ou a um tipo organizacional específico. Ele foi tratado nesta análise como um paradigma socioeconômico, cujas representações vêm promovendo rupturas

simbólicas que modificam a experiência do fazer “negócio” e do fazer “social” nas suas formas puras. Essa reconfiguração descreve uma conjuntura social na qual o sistema capitalista livra-se de entraves ligados ao seu modo de acumulação anterior. Destaca-se que o capitalismo, ao reconfigurar suas organizações, incorpora e ameniza parte da crítica e das reivindicações de justiça que o próprio sistema também provoca.

REFERÊNCIAS

- ASHLEY, P. A.; COUTINHO, R. B. G.; TOMEI, P. A. Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa. In: ENCONTRO DA ANPAD, 24., set. 2000, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis, SC: ENANPAD, 2000.
- BAGGENSTOSS, S.; DONADONE, J. C. Empreendedorismo social: reflexões acerca do papel das organizações e do estado. *Gestão e Sociedade* (UFMG), Belo Horizonte, v. 7, p. 112–31, 2013.
- BARBALHO A.; UCHOA C. Empreendedorismo social como campo em formação no Brasil: o papel das instituições Ashoka, Endeavor e Artemisia. *Revista Interações*, Campo Grande, MS, v. 20, n. 2, p. 421–33, 2019.
- Barki, E. *Negócios com impacto social no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2015.
- BARKI, E.; RODRIGUES, J.; COMINI, G. M. *Negócios de impacto: um conceito em construção*. REGEPE, São Paulo, v. 9, p. 477, 2020.
- BENCHEVA, N.; STOEVA, T.; TODOROVA, S. Key Skills and Competences for Social Business Advisors: Views from Expert. *International Journal of Organizational Leadership*, Rasht, Irã, v. 7, n. 4, p. 413–25, 2018.
- BERTÃO, N. Já ouviu falar em investimento de impacto? Conheça a mais nova tendência entre os mais ricos. *Valor econômico*, São Paulo, 17 jul. 2020, seção: Investimentos. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/hora-de-investir/noticia/2020/07/17/ja-ouviu-falar-em-investimento-de-impacto-conheca-a-mais-nova-tendencia-entre-os-mais-ricos.ghtml>. Acesso: 16 nov. 2022.
- BERTONCELLO, S. L. T.; CHANG JÚNIOR, J. A importância da responsabilidade social corporativa como fator de diferenciação. *FACOM*, [s.l.], n. 17, 1º sem. 2007.
- BOLTANSKY, L.; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.
- CHARMAZ, K. *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009. 272 p.
- COMINI, G. M. *Negócios sociais e inovação social: um retrato de experiências brasileiras*. 166 f. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE eletrônica*, v. 1, n. 2, p. 1–12, 2002.
- DARABAN, B. Building a curriculum for social business entrepreneurship. *Studies in Business and Economics*, Sibiu, v. 11, n. 2, p. 19–25, 2016.
- DE BENEDICTO, S. C. Surgimento e evolução da responsabilidade social: uma reflexão teórico-analítica. *Revista Symposium*, [s.l.], v. 5, p. 14–22, 2007.
- ELKINGTON, J. *Canibals with forks: The triple bottom line of 21st century business*. Oxford: Capstone, 1999.
- GOYAL, S., SERGI, B. S.; JAISWAL, M. How to Design and Implement Social Business Models for Base-of-the-Pyramid (BoP) Markets? *European Journal of Development Research*, [s.l.], v. 27, n. 5, p. 850–67, 2015.

HABERMAS, J. *A political constitution for pluralist world society?* Manuscrito, 2005.

Glaser, B. G.; Strauss, A. L. *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Chicago: Aldine, 1967.

HYSA, X.; ZERBA, E.; CALABRESE, M. O negócio social como modelo de negócio sustentável: tornando o capitalismo anti-frágil. *Sustain Sci*, Tokio, Japão, v. 13, p. 1345–56, 2018.

LAYLO, A. Condições macroeconômicas facilitadoras para a formação de empresas de negócios sociais nas Filipinas. *Asia Pacific Journal of Innovation and Entrepreneurship*, Reino Unido, v. 12, n. 1, p. 5–13, 2018.

MARQUEZ, P. REFICO, E.; BERGER, G. Negócios Inclusivos em América Latina. *Harvard Business Review*, Boston, v. 87, n.5, p. 28–38, 2009.

MARTINS, M. R. *Negócios Sociais e Antropologia: dois ensaios em Economia do Desenvolvimento*. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MASSETTI, B. The Duality of social enterprise: a framework for social action. *Review of Business*, Queens, v. 33, n. 1, p. 50–65, 2012.

MCCARTHY, J. D.; MAYER, N. Z. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 82, p. 1212–41, 1977.

NUNES, C. O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, v. 75, p. 131–47, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. *A história da ONU*. Nova Iorque: UNDP, 2019. Disponível em: <https://unric.org/pt/historia-da-onu/>. Acesso em: 16 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. *World commission on environment and development*. Our Common Future. Relatório. Oxford: Oxford University Press, 1987.

PEREIRA, J. M. M. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeira (1944-2008)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. The big idea: creating shared value. *Harvard Business Review*, Boston, v. 89, n. 1–2, 2011.

PRITCHARD, A. IMF, fears “social explosion, from world jobs crisis. *The Daily Telegraph*, London, 2010. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/finance/financialcrisis/8000561/IMF-fears-social-explosionfrom-world-jobs-crisis.html>. Acesso em: 26 jan. 2018.

PROJETO BRASIL 27. Relatório, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4157914/mod_resource/content/0/Cases%20-%20Brasil27.pdf. Acesso em: 19 maio 2020.

REVISTA ÉPOCA NEGÓCIOS. O capital a serviço das boas mudanças, 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/colunas/noticia/2020/07/o-capital-servico-das-boasmudancas.html>. Acesso em 31 ago. de 2020.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

ROCHA, J. M.; AREND, S. C. O erro histórico da ciência econômica: um resgate da obra de Georgescu-Roegen. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [s.l.], v. 52, p. 411–23, 2019.

- SEN, Amartya. *The Idea of Justice*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009. 467 p.
- SIAW, L. T.; LAU, A. M. L. K.; TAN, W. K. H.; TAN, W. H. K.; NG, L. S. W. Saúde global, negócios sociais e engajamento do cidadão: uma convergência natural? *Precision Healthcare through Informática*, Amsterdã, v. 245, p. 773–7, 2017.
- SIMANAVICIUS, A.; KISIELIUS, E.; KHARCHEVNIKOVA, L.; SVOROBOVYCH, L.; CHYKURKOVA, A. Peculiarities of social business concept. *Independent Journal of Management & Production (IJM&P)*, São Paulo, v. 12, n. 6 [Special Edition ISE], p. 660–76, 2021.
- STEINER, A.; SIMON, T. O playground dos ricos? Crescimento dos negócios sociais no século XXI. *Social Enterprise Journal*, Liverpool, v. 12, n. 2, p. 201–16, 2016.
- TREXLER, J. Social entrepreneurship as algorithm: is social enterprise sustainable? *Emergence: Complexity & Organization*, Amsterdã, v. 10, n. 3, p. 65–85, 2008.
- VALERIE S, I.; MEDAH, P.; AUGSDORFERA.; MADUEKWE, S. Projeto e implementação de modelo de negócios sociais em países em desenvolvimento: aprendendo com um medicamento acessível desenvolvido em Burkina Faso. *Journal of Management Development*, Bradford, v. 36, n. 1, p. 48–57, 2017.
- VEIGA, J. E. *A desgovernança mundial da sustentabilidade*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- VERGARA, S. C. *Métodos de pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2010.
- WALL STREET JOURNAL. *Did 'Great Recession' Live Up to the Name?* [s.l.], 8 abr. 2010. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB10001424052702303591204575169693166352882>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- YUNNUS SOCIAL BUSINESS, [s.l.], 2018. Disponível em: <https://www.bryunussb.com/>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- ZUCKERMAN, M. Why the Jobs situation is worse than it looks. *US News*, New York, 2011. Disponível em: <https://www.usnews.com/opinion/mzuckerman/articles/2011/06/20/why-the-jobs-situation-isworse-than-it-looks>. Acesso em: 26 jan. 2020.

Sobre as autoras:

Schirlei Stock Ramos: Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora Colaboradora na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Administradora na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) **E-mail:** schirleistock@yahoo.com.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-4012-5241>

Debora Bobsin: Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre e graduada em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFSM. **E-mail:** deborabobsin@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-6010-3958>